



Poder Legislativo

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA

### PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 0036/2026

#### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Vereador Alvaro Joinha**, com amparo nos artigos 33, XII e 94, XIX da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 28, XXV do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, requer, após a deliberação do Egrégio Plenário, o envio de:

#### PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

#### A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - EXMA. SRA. CARMEN ZANOTTO:

**Requer-se que o Poder Executivo preste as seguintes informações, todas acompanhadas da respectiva documentação comprobatória, evitando-se respostas genéricas, de modo a assegurar o pleno exercício da função fiscalizatória.**

Perguntas:

#### - SITUAÇÃO GERAL E DOCUMENTAÇÃO

1. Qual a situação administrativa atual da proposta de implantação da Policlínica do Novo PAC destinada ao Município de Lages e em qual etapa o empreendimento se encontra?
2. Quais os números da proposta, do processo administrativo municipal, do Termo de Compromisso e demais identificadores oficiais vinculados ao projeto?
3. Encaminhar cópia integral do Termo de Compromisso referente à Policlínica de Lages, firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal/Ministério da Saúde.
4. Informar em que data e por qual meio ou plataforma oficial (InvestSUS, Plataforma +Brasil/Transferegov.br, ofício), a Prefeitura de Lages foi formalmente comunicada ou recebeu o referido Termo de Compromisso, anexando o respectivo comprovante de recebimento.
5. Informar o endereço completo do terreno destinado a construção da Policlínica, bem como sua situação cadastral, especificando se o imóvel já se encontra legalmente desembaraçado e disponível para o início das obras, bem como sua metragem total.
6. Relacionar, em ordem cronológica, todas as providências adotadas pela Administração Municipal desde o anúncio de 25 de junho de 2024, anexando os documentos comprobatórios.
7. Quais providências para o andamento do projeto ainda dependem exclusivamente da Prefeitura de Lages?
8. Quais etapas, atualmente, aguardam manifestação ou aprovação do Ministério da Saúde, da Caixa Econômica Federal ou do Governo do Estado de Santa Catarina?

#### - EXECUÇÃO FINANCEIRA.

1. Informar se há contrapartida do Município para este empreendimento. Em caso afirmativo detalhar.
2. Houve empenho e/ou liquidação de recursos federais para a implantação da Policlínica?
3. Houve qualquer transferência financeira ao Município ou ao Estado destinada especificamente a este projeto? Em caso positivo, indicar datas, valores e documentos comprobatórios.
4. Caso não tenha ocorrido a liberação dos recursos, detalhar quais fatores, sob a ótica do Município, impedem sua liberação.

#### - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO



Poder Legislativo

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA

1. Considerando que não foi localizada publicação de procedimento licitatório para a obra, informar as razões administrativas, técnicas ou jurídicas que impediram sua abertura até a presente data.
2. Existe cronograma oficial para a publicação da licitação? Em caso positivo, encaminhar cópia.
3. Caso não exista previsão para a licitação, justificar detalhadamente os motivos.

### - PENDÊNCIAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS

1. Existem pendências técnicas, jurídicas, documentais ou administrativas que impedem o prosseguimento do empreendimento?
2. Em caso positivo, especificar individualmente cada pendência, qual órgão é responsável por sua solução e qual o prazo previsto para a regularização.
3. Encaminhar cópia de pareceres técnicos emitidos pela Caixa Econômica Federal ou pelo Ministério da Saúde que tenham sido recebidos pelo Município.
4. O Município recebeu notificações, recomendações, pedidos de diligência ou solicitações de complementação documental relacionadas ao projeto? Em caso positivo, encaminhar cópia integral desses documentos e das respectivas respostas enviadas pela Prefeitura.

### - GESTÃO, COMUNICAÇÃO E PRAZOS

1. Qual Secretaria Municipal é a responsável pela condução do projeto? Quem é o servidor (nome e cargo) responsável pelo acompanhamento da proposta junto aos demais entes?
2. Houve substituição do gestor ou responsável técnico pelo projeto desde junho de 2024? Em caso positivo, informar as datas e os atos de nomeação/exoneração.
3. Quantas reuniões técnicas foram realizadas entre o Município e os demais entes (Estado, Caixa, Ministério da Saúde)? Encaminhar cópias das atas, memórias de reunião e ofícios trocados.
4. Todos os prazos previstos pelo cronograma do Novo PAC Saúde foram cumpridos pelo Município? Em caso negativo, indicar os prazos descumpridos e apresentar as justificativas formais.

### - ANÁLISE DE RISCOS

1. Há, na avaliação da gestão municipal, risco de cancelamento da proposta ou de perda dos recursos federais?
2. O Município recebeu alguma manifestação formal (ofício, notificação, e-mail) do Ministério da Saúde ou da Caixa sobre eventual risco de cancelamento, suspensão ou perda do investimento? Em caso positivo, encaminhar cópia.
3. Qual a previsão atual da Prefeitura para a conclusão de todas as etapas administrativas necessárias ao início efetivo da obra?
4. Quais medidas concretas estão sendo adotadas pela Administração Municipal para acelerar o processo e evitar a perda dos recursos?

Lages, 02 de julho de 2026.

**Alvaro Joinha**  
Vereador



Poder Legislativo

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAGES ESTADO DE SANTA CATARINA

Em 25 de junho de 2024, o Ministério da Saúde anunciou oficialmente a seleção do Município de Lages para receber uma Policlínica no âmbito do Novo PAC Saúde, informando investimento médio de aproximadamente R\$ 30 milhões por unidade. Posteriormente, em dezembro de 2024, foi divulgado pelo Governo do Estado de Santa Catarina que havia sido firmado o Termo de Compromisso entre o Estado e a Caixa Econômica Federal para viabilizar a implantação das policlínicas de Lages, Blumenau e São José.

Entretanto, transcorrido considerável período desde o anúncio oficial, este Vereador realizou consultas aos sistemas públicos de transparência, inclusive ao Painel do Novo PAC Saúde (InvestSUS), ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e às informações oficiais disponibilizadas pelo Governo Federal, não tendo identificado procedimento licitatório publicado, contratação de empresa, ordem de serviço ou qualquer evidência pública de avanço para a fase de execução da obra.

O Ministério da Saúde já sinalizou em 2026 que propostas que não cumprem os prazos podem ser excluídas do programa, o que acende um alerta sobre o risco de Lages perder este investimento crucial. Diante da relevância do empreendimento para a saúde pública regional e do dever constitucional de fiscalização deste Poder Legislativo, a presente solicitação é indispensável para sanar os fatos.

**Alvaro Joinha**  
**Vereador**